PARTE A

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas

Aviso (extrato) n.º 3847/2019

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 33, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o seguinte:

É concedida à 1.ª Força Nacional Destacada, a Medalha de Ouro de Serviços Distintos.

11 de fevereiro de 2019. — O Secretário-Geral das Ordens, *Arnaldo Pereira Coutinho*.

312058416

PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete Nacional de Segurança

Despacho n.º 2441/2019

1 — Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 6.º-A do Decreto-Lei n.º 3/2012, de 16 de janeiro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 162/2013, de 4 de dezembro, 69/2014, de 9 de maio, e 136/2017, de 6 de novembro, e ao abrigo das competências que me foram subdelegadas através da alínea *f*) do n.º 1 do Despacho n.º 12953/2016, de 18 de outubro, da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 208, de 28 de outubro, designo para exercer funções no Centro Nacional de Cibersegurança, Hélder Filipe Dias Antão Tomás como técnico de grau 5, nível 39, em comissão de serviço, pelo período de um ano.

2 — O presente despacho produz efeitos a 01 de março de 2019.

14 de fevereiro de 2019. — O Diretor-Geral, *António Gameiro Marques*, CALM.

312071043

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2442/2019

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 2.º do regulamento do concurso externo de ingresso na categoria de adido de embaixada da carreira diplomática, aprovado pelo Despacho n.º 12338/2018, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 245, de 20 de dezembro de 2018:

1 — Determino a alteração da composição do júri do concurso externo de ingresso na categoria de adido de embaixada da carreira diplomática portuguesa, aberto pelo Aviso n.º 475-B/2019, publicado no *Diário da República,* 1.º Suplemento, 2.ª série, n.º 4, de 7 de janeiro, da seguinte forma:

a) A exoneração, a seu pedido, do Embaixador Pedro Luís Baptista Moitinho de Almeida, membro diplomata do júri, das funções de 1.º vogal efetivo do júri do concurso designado pelo Despacho n.º 12405/2018, de 14 de dezembro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 246, de 21 de dezembro de 2018.

b) A sua substituição, nas mesmas funções, pelo Embaixador José Júlio Pereira Gomes, 1.º vogal efetivo do concurso do júri do concurso externo de ingresso na categoria de adido de embaixada da carreira diplomática.

2 — O júri do concurso externo de ingresso na categoria de adido de embaixada da carreira diplomática passará a ter, assim, a seguinte composição:

a) Membros diplomatas do júri:

Presidente — Embaixador Mário Godinho de Matos
1.º vogal — Embaixador José Júlio Pereira Gomes
2.º vogal — Ministro Plenipotenciário Gilberto Jorge de Sousa Jerónimo

Vogais suplentes:

1.º vogal — Ministro Plenipotenciário José Rui Baptista Borges Velez Caroço
2.ª vogal — Conselheira de Embaixada Maria da Conceição de Sousa Pilar

b) Membros não diplomatas do júri:

Para a área de Relações Internacionais, História e História Diplomática Portuguesa:

Professora Doutora Maria do Céu Pinto Arena
Substituto legal — Professor Doutor José António Passos Palmeira

Para a área de Direito Internacional Público e Direito da União Europeia:

Professora Doutora Ana Maria Guerra Martins
Substituto legal — Professor Doutor Rui Manuel Tavares Lanceiro

Para a área de Política Económica e Relações Económicas Internacionais:

Professora Doutora Isabel Horta Correia
Substituta legal — Professora Doutora Susana Peralta

3 — Para os efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 2.º do regulamento do concurso externo de ingresso na categoria de adido de embaixada da carreira diplomática, indico que o 1.º vogal efetivo, o Embaixador José Júlio Pereira Gomes, substituirá o Presidente nas faltas e impedimentos deste.

4 — Nos termos do disposto no artigo 44.º, n.º 3, do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, delego, com faculdade de subdelegação, no Secretário-Geral do Ministério, Embaixador Álvaro Mendonça e Moura, os poderes que me

são conferidos nos n.os 8 e 9 do artigo 2.º do regulamento do concurso para, no âmbito da minha competência, autorizar o recurso a entidades públicas ou privadas especializadas na matéria para realização de parte das operações do concurso, bem como fixar a contrapartida devida pelos serviços prestados pelos membros não diplomatas do júri.

19 de fevereiro de 2019. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

312081541

Despacho n.º 2443/2019

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.os 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de adjunta do meu Gabinete a doutorada Raquel dos Santos Duque.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 18 de fevereiro de 2019.

3 — Nos termos da alínea *a*) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a designada fica autorizada a exercer atividades em instituições de ensino superior, designadamente as atividades de docência e de investigação, em regime de tempo parcial.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

22 de fevereiro de 2019. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Augusto Ernesto Santos Silva.*

ANEXO

Nota curricular

Formação académica: Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais:

Segurança e Defesa, especialização em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa; Mestrado em Segurança Internacional e Terrorismo pela Universidade de Nottingham; Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Formação complementar: Curso de Defesa Nacional e Curso de Gestão Civil de Crises pelo Instituto da Defesa Nacional; Diploma de Especialização em Cooperação para o Desenvolvimento pelo Instituto Nacional de Administração.

Experiência profissional: desde fevereiro de 2018 — Professora Auxiliar Convidada do Instituto de Estudos Políticos (IEP) da Universidade Católica Portuguesa. Desde outubro de 2011 — Professora Auxiliar Convidada do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Desde 2012-13 — Docente convidada em diferentes cursos de formação avançada e pós-graduações em instituições como o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Universidade de Lisboa), Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Collège Universitaire de Sciences Po — Campus euro-latin-américain. De maio a dezembro de 2007 — Conselheira adjunta para os assuntos do Médio Oriente e Saara ocidental na Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas. De janeiro a maio de 2007 — Estagiária na Direção de Serviços Ásia-Oceânia do Ministério dos Negócios Estrangeiros. De outubro de 2005 a outubro de 2006 — Assistente no Departamento de Informação do Centro de Informação Europeia Jacques Delors.

Publicações: Livros: *Segurança Contemporânea* (2016, Pactor Editora); *O Poder Político e a Segurança* (2012, Fonte da Palavra). artigos e capítulos de livros: «Segurança do espaço aéreo» (2018, JANUS.ANUÁRIO); «Liberdade e Segurança: Duas faces da mesma moeda» (2018, in *Segurança Interna no Séc. XXI: Território e População*, Fronteira do Caos, coautoria de Pedro Meneses); «O Terrorismo na Aviação Civil: a evolução de uma ameaça global e as respostas da União Europeia para proteger um sector estratégico» (2017, in *Teoria Política e Geoestratégia,* Alêtheia); «Terrorismo: um olhar sobre a evolução e as particularidades desta forma de violência» (2016, in *Segurança Contemporânea,* Pactor Editora); «Singularidades da Coexistência da Liberdade e da Segurança em Democracia» (2015, in *Liberdade e Segurança*, ISCPSI); «Estados frágeis: narrativas e práticas securitárias» (2014, Revista *Segurança e Defesa*, n.º 28), entre outras publicações.

Conferências: Organização e participação, como oradora e como presidente de mesa/moderadora, em diversas conferências de âmbito nacional e internacional, nomeadamente da Associação Portuguesa de Ciência Política, International Political Science Association, European Consortium for Political Reseach, Association for Contemporary Iberian Studies, entre outras.

312099143

Secretaria-Geral

Aviso n.º 3848/2019

Celebração de contrato em funções públicas por tempo indeterminado, ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários

Nos termos e para efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com a Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, diploma que estabelece o Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários da Administração Pública, torna-se público que foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com Patrícia Laidley Melo Galvão Teles, para o desempenho de funções inerentes à carreira e categoria de técnico superior, 2.ª posição remuneratória da respetiva categoria, nível 15 da tabela remuneratória única, a que corresponde a remuneração base mensal de 1.201,48 €, com produção de efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019;

O presente contrato fica dispensado de período experimental, uma vez que, em todos os casos, o tempo de serviço prestado na situação de exercício de funções a regularizar, em apreço, é superior à duração definida para o período experimental intrínseco à carreira e categoria dos trabalhadores, conforme alíneas *b*) e *c*) do n.º 1 do artigo 49.º da LGTFP, dando-se assim cumprimento à disposição constante no artigo 11.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

11 de fevereiro de 2019. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu.*

312060919

Despacho (extrato) n.º 2444/2019

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum aberto pelo Aviso n.º 15817/2018 publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 212, de 5 de novembro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os trabalhadores abaixo indicados, ficando posicionados nas seguintes posições remuneratórias da carreira de assistente técnico e nos seguintes níveis remuneratórios, da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com efeitos a 11 de fevereiro de 2019:

Fernando Nuno Coelho Guerreiro — 1.ª posição remuneratória, nível 5.
Maria Cristina Machado da Silva — 1.ª posição remuneratória, nível 5.

12 de fevereiro de 2019. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

312065463

FINANÇAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2445/2019

Considerando que a Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro, na redação dada pela Portaria n.º 272/2017, de 13 de setembro, veio regulamentar as condições e os procedimentos para o exercício do direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão ao Estado estabelecido no n.º 2 do artigo 10.º do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, na sua atual redação, tendo, para o efeito, determinado que os sujeitos passivos constituem um depósito a favor do Estado no montante correspondente ao preço de exercício do direito potestativo de aquisição da totalidade dos direitos de conversão, em entidade a indicar pelo membro do Governo responsável pela área das finanças.

Considerando que os referidos direitos de conversão são detidos, em nome do Estado, pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, que assegura o acompanhamento das operações de aquisição dos direitos de conversão.

Determino, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 6.º da Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro, na redação dada pela Portaria n.º 272/2017, de 13 de setembro, o seguinte:

1 — O depósito a favor do Estado a constituir pelo sujeito passivo no montante correspondente ao preço de exercício do direito potestativo de aquisição da totalidade dos direitos de conversão, a que se refere o n.º 8 do artigo 6.º da Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro, na redação dada pela Portaria n.º 272/2017, de 13 de setembro, é efetuado em conta em nome da Direção-Geral do Tesouro e Finanças